

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DISCUTE AS EXPERIÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS EM ANTROPOLOGIA FORENSE

Por Claudia Plens

O curso de especialização em Antropologia Forense e Direitos Humanos (CAAF/UNIFESP) teve em agosto palestras com importantes pesquisadores na abertura do módulo em: “Experiências Nacionais e Internacionais e Antropologia Forense e Direitos Humanos”.

O conferencista Prof. Dr. John Albanese da Universidade de Windsor, Canadá, reconhecido internacionalmente pelo desenvolvimento de um dos métodos mais utilizados para a avaliação de sexo e estatura em

antropologia forense e arqueologia, discutiu os problemas relativos ao diagnóstico de ancestralidade.

Segundo o conferencista, diferentes aspectos podem comprometer o resultado desse diagnóstico. Antigamente conhecido como raça, o termo deixou de ser empregado pela sua conotação preconceituosa e foi substituído por ancestralidade, guardando, no entanto, princípios históricos similares ao que sustentaram o conceito raça.

A coleção sobre a qual foram

desenvolvidos os métodos para diagnóstico de ancestralidade, a coleção de Terry, no Smithsonian Institution, foi uma coleção organizada sobre o conceito da época de determinação de raças. Segundo o pesquisador, o problema que se origina na formação da coleção acarreta decorrências que comprometem os resultados dos métodos. A consequência, de acordo com Albanese, é a corroboração de conceitos preconceituosos, baseados em supostos pressupostos científicos.

As pesquisas e a produção científica desenvolvidas pelo Prof. J. Albanese constituem referências internacionais na área da antropologia forense no que diz respeito aos métodos e técnicas aplicadas nas estimativas de sexo e de estatura no processo de análise dos remanescentes ósseos esqueléticos provenientes de contextos forenses. Desde abril deste ano, os

contatos estabelecidos pela Profa. Camila D. de Souza com o Prof. Albanese visaram aprofundar e aprimorar a discussão de tais métodos, já utilizados no processo de análise e identificação dos remanescentes ósseos do GTP (Grupo de Trabalho Perus). A visita do Prof. Albanese ao Brasil e as atividades desenvolvidas por ele no CAAF, como a participação no curso de especialização, contribui

de maneira efetiva na capacitação de profissionais na área da antropologia forense e a institucionalização de uma parceria entre duas instituições universitárias, a Universidade de Windsor e a UNIFESP, visando também o estabelecimento de parcerias em projetos futuros de pesquisa com o CAAF.

A conferência do Prof. Dr. Albanese para o curso de especialização foi possível por meio do apoio da secretária municipal de Direitos Humanos e Cidadania e

da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Além de proferir conferência, o Prof. Albanese conheceu os projetos do Centro, assim como do GTP e discutiu com as Profas.

Dra. Cláudia R. Plens e Dra. Camila Diogo Sousa futuras parcerias em pesquisa científica.

Apoio:



Foto 01. Eloisa Arruda, Secretária Municipal de Direitos Humanos, recebeu no dia 21 de agosto a equipe do CAAF

As futuras parcerias serão de extrema importância para a consolidação do CAAF, assim como para o desenvolvimento e validação de metodologias na área de antropologia forense.



Foto 2. Os Profs. Cláudia R. Plens, Camila D. Souza e John Albanese discutem novas parcerias de pesquisas em antropologia forense,

Albanese disse estar surpreso com a estrutura oferecida pela UNIFESP para o CAAF. “Há poucas instituições com dependências amplas que possam abrigar diferentes projetos nas linhas de ensino, pesquisa e extensão em antropologia forense como acontece no CAAF”, diz o pesquisador.

Sobre o curso de especialização

em que foi conferencista, Albanese diz ver com entusiasmo um curso cuja variedade de professores e alunos seja tão heterogênea, possibilitando trocas de opiniões e experiências diversas, amplo espectro essencial para implementação de direitos humanos na sociedade.

Em especial, Albanese destaca dentre as palestras que assistiu, a

discussão proferida pelo jornalista Rubens Valente. “A inclusão da pauta indígena dentro de um curso de Antropologia Forense e Direitos Humanos expande o universo de reflexão sobre os segmentos sociais mais esquecidos e marginalizados pelos Estados de diversos países da América”, concluiu.

Apoio:

O jornalista Rubens Valente, autor do livro “Os fuzis e as flechas”, publicado pela Companhia das Letras, em 2017, foi outro dos conferencistas do curso. Valente discorreu sobre a pesquisa acerca das mortes de indígenas durante

a ditadura militar (1964-1985), em consequência de falta de políticas públicas e preocupações com a vida desse segmento social. Omissões, desprezo e ganância por terras por parte do Estado e de toda a sociedade levou a retirada de direito à vida

de centenas de indivíduos. A ampla e densa pesquisa desenvolvida por Rubens Valente pode levar a outros importantes desdobramentos tanto no campo da pesquisa acadêmica, quanto de políticas públicas.

“Vez ou outra esses índios “arredios” ou “hostis”, como então eram denominados, davam as caras, atacando ou reagindo ao assédio dos não índios que se posicionavam nas franjas do desenvolvimento e invadiam terras sabiamente de domínio indígena. Em reação a essas rusgas e massacres, as forças políticas locais costumavam recorrer à ajuda dos “amansadores” de índios, os servidores do Serviço de proteção aos Índios (SPI) e de sua sucessora, a Fundação Nacional do Índio (Funai), para que operassem a paz, localizando e convencendo os índios a largar suas armas. Enquanto os índios não fossem “pacificados”, os fazendeiros, garimpeiros e madeireiros sempre podiam recorrer às “correrias”, verdadeiras caçadas humanas nas matas, muitas vezes resultando em covardes massacres. Nesse sentido, ao agir contra a bárbara atividade, o SPI e a Funai exerceram o nobre papel de impedir o genocídio. Os “arredios” representavam um enorme desafio para o Estado. Era necessário decidir quando e com que meios contactá-los a fim de alcançar o objetivo maior do governo militar, que era a integração do índio à sociedade nacional.”
“As principais narrativas a respeito do golpe e do período militar não tiveram o índio como foco principal, o que poderia dar a impressão de que a política repressiva adotada em diversos momentos pelos militares passou em branco nas aldeias indígenas. Na realidade, poucos grupos humanos no país dependiam de forma tão direta da política dos militares para garantir sua sobrevivência quanto os índios.”

(Valente, R. Os Fuzis e as Flechas, Companhia das Letras, 2017. Pp. 09-11)

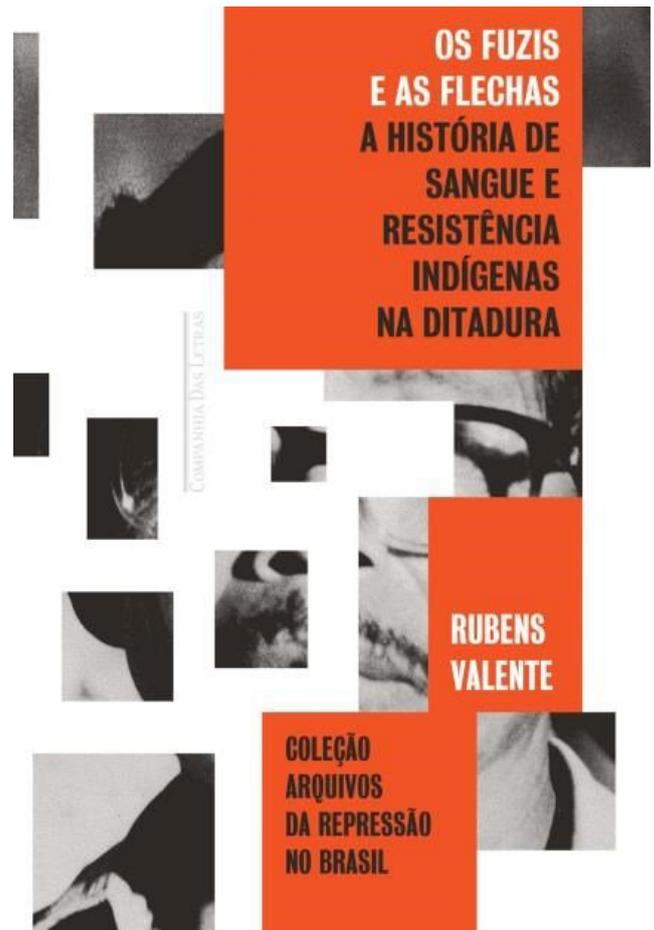


Foto 3. Capa do livro Os fuzis e as flechas.



Foto 4. Rubens Valente

O módulo “As experiências nacionais e internacionais em antropologia forense e direitos humanos” contou com a participação de vários palestrantes. A Profa. Dra. Raiane Assumpção (CAAF/UNIFESP) apresentou os resultados parciais do projeto de pesquisa em parceria com a Universidade de Oxford, “Violência de Estado no Brasil: o estudo dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da justiça de Transição e Antropologia Forense”, que conta com apoio do Newton Fund do Conselho Britânico. Acompanhada de parte de sua equipe, Aline Rocco Valéria Aparecida O. Silva e Débora Silva, líder do Movimento Independente Mães de Maio. A palestra mostrou uma série de questionamentos relacionadas às investigações nos crimes cometidos em maio de 2006 na Baixada



Foto 5. Profa. Raiane Assumpção

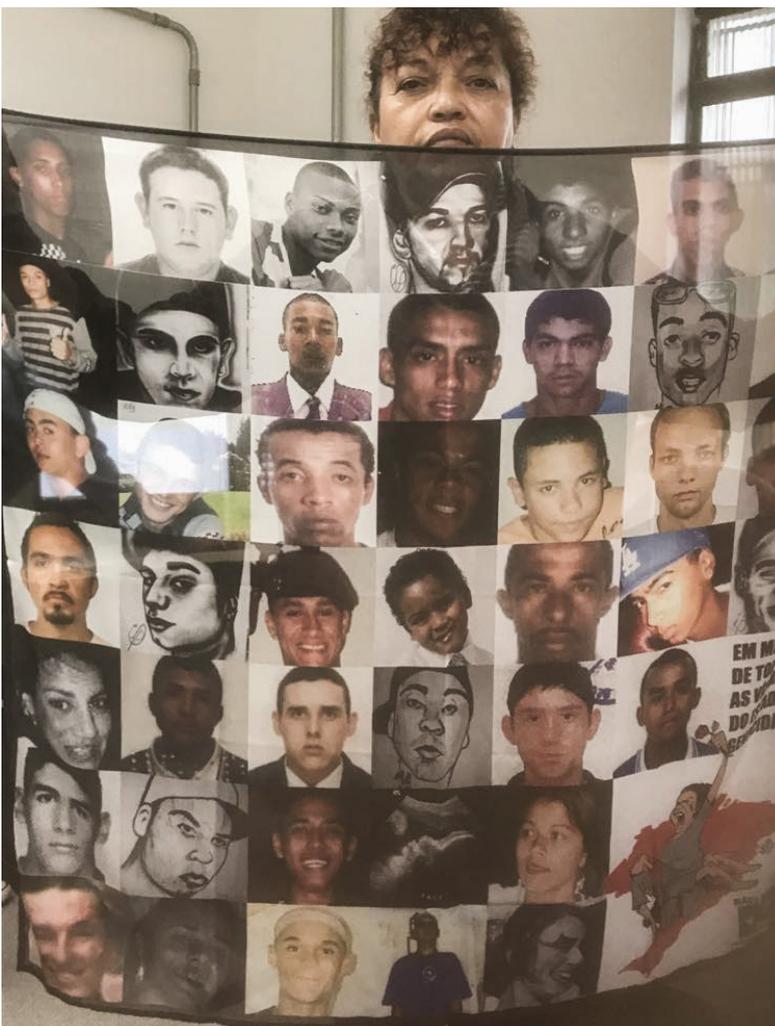


Foto 6. Débora Silva.

Santista no caso relacionado ao enfrentamento do crime organizado PCC e a polícia militar. “A revisão e uma investigação criteriosa desses casos é a única maneira de compreendermos como o Estado retira os Direitos Humanos tanto de policiais e civis ao não cobrar por investigações corretas e não judicializar os casos de crimes, diz a Profa. Raiane.

Adilson Paes de Souza, Tenente Coronel da polícia Militar e autor do livro “O Guardião da Cidade - reflexões sobre casos de violência praticados por policiais militares” (Escrituras Editora, 2013), a partir de suas experiências na polícia e suas pesquisas de mestrado e doutorado, discutiu como o Estado deveria capacitar seus policiais para a menor incidência de crimes praticados pelos seus agentes, por meio de estudo e prática dos direitos humanos. A cobrança da sociedade por uma atuação justa por parte do Estado, desde a abordagem dos cidadãos até as investigações e condenações, deve ser o modo de diminuir os elevados índices de violência no Brasil, poupando os segmentos mais vitimizados dessa guerra, policiais e cidadãos de baixa renda e da periferia, que se enfrentam sem o respaldo da justiça por parte do Estado.



Foto 7. Adilson Paes de Souza

O Prof. Rodolfo Melaini, da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo discutiu sua pesquisa na linha de Odontologia Forense, com especial atenção às metodologias para reconstrução facial 3D. A metodologia, por vezes utilizada na

Antropologia Forense, pode ajudar a elucidar a identidade de indivíduos. De acordo com o pesquisador, já houve avanços metodológicos e tecnológicos significativos que auxiliam na melhor caracterização dos atributos morfológicos dos indivíduos.

Contudo, ressalta Melani, há ainda refinamentos metodológicos imprescindíveis para serem alcançados e ele e sua equipe estão dedicados a trabalharem arduamente em busca de dados empíricos que validem a reconstrução facial 3D.



Foto 8. Prof. Rodolfo Melaniã

O Prof. Melani iniciou sua palestra ressaltando a importância do curso de especialização que dentro da universidade não tem o caráter apenas técnico de capacitação de profissionais, mas parte discussão

de direitos humanos, campo do qual a antropologia forense, segundo ele, não deve estar dissociada.

“Em um país cujo grau de violência é tão alto, discussões sobre direitos humanos que ampliem

o repertório dos profissionais da área em antropologia forense é essencial para uma tentativa de se buscar por alternativas e soluções para esse problema”, diz Melani.

O perito oficial Marcos Paulo de Salles Machado, ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia Forense (ABRAF), mostrou sua experiência na área de

antropologia forense, suas conquistas e óbices dentro de um panorama de alto índice de crimes no Rio de Janeiro em contrapartida a um fraco aparato por parte do Estado para contratação

de pessoal especializado e para a compra e reparo de equipamentos imprescindíveis para a investigação.



Foto 9. Perito Oficial Marcos Paulo Machado

A palestra de encerramento do módulo teve como convidado o Prof Luiz Airton Saavedra que mostrou aos alunos a sua longa carreira na antropologia forense, sua atuação em

investigação de importantes casos desde a década de 1980, quando ainda pouco se conhecia sobre as ciências forenses no Brasil, e como lentamente ele foi construindo seu

espaço de trabalho, o IML de Guarulhos e a adoção de metodologias e técnicas que lhe permitiram a identificação de vítimas.



Foto 10. Prof. Luiz Airton Saavedra



O CAAF e o IML de Guarulhos discutem no momento um convênio de pesquisa e ensino em antropologia forense. A pesquisa

que é um desdobramento do curso de especialização tem por intuito a criação de um banco de dados que possibilitará o desenvolvimento de

pesquisas para o aprimoramento de métodos e técnicas que ajudarão os profissionais na identificação de pessoas e elucidação de crimes no Brasil.

Em novembro, dentro do âmbito do curso de especialização em Antropologia Forense e Direitos Humanos acontecerá o Simpósio “Avanços em métodos e técnicas

no processo de Identificação em Antropologia Forense”, tendo como conferencista os Prof. Dr. Douglas Ubelaker do Smithsonian Institution e a Profa. Dra. Eugenia Cunha da

Universidade de Coimbra. O evento acontecerá com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Apoio:



Comissão Especial sobre
MORTOS e DESAPARECIDOS POLÍTICOS

SECRETARIA NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

